

Psicologia em Pesquisa

<https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa>

Orientação de carreira de uma perspectiva socioconstrucionista: apresentação e discussão de um modelo

Career counseling from a socioconstructionist perspective: Presentation and discussion of a model

Orientación profesional desde una perspectiva socioconstrucccionista: presentación y discusión de un modelo

Marcelo Afonso Ribeiro¹

¹ Universidade de São Paulo. *E-mail*: marcelopsi@usp.br *ORCID*: <https://orcid.org/0000-0002-0396-7693>

RESUMO

O mundo do trabalho contemporâneo tem se tornado mais complexo, gerando construções de carreira flexíveis e intermitentes. Esse cenário demanda transformações nas propostas de orientação profissional e de carreira (OPC), principalmente pela incorporação contextualizada de novas perspectivas teóricas e necessidade de ampliação do público assistido para atuar em contextos de alta desigualdade social e informalidade, como o Brasil. Por meio de pesquisa de intervenção com estudos de casos múltiplos, visamos apresentar e discutir uma proposta de orientação de carreira fundamentada no construcionismo social para atender trabalhadores/as informais e/ou com baixa qualificação. O processo foi avaliado por meio de metodologia qualitativa não-estruturada de mudança narrativa pautada na reflexividade (LAQuA). Resultados da intervenção apontaram mudanças narrativas e de reposicionamento social.

PALAVRAS-CHAVE:

Trabalho; Vulnerabilidade; Justiça social; Construcionismo social; Orientação vocacional.

ABSTRACT

The working world has become increasingly complex, generating more flexible and intermittent career constructions. This scenario has requested changes on career guidance and counseling models, mainly by incorporating new contextualized approaches and expanding the public assisted, to act in contexts characterized by social inequality and informality, such as Brazil. Through an intervention research with multiple case studies, this article aimed to present and discuss a career counseling theoretical framework grounded in a social constructionist perspective seeking to assist informal workers and/or low qualified people. The effectiveness of the intervention was qualitatively evaluated by a non-structured method based on narrative changes and reflexivity enhancement (LAQuA - Life Adaptability Qualitative Assessment). Findings demonstrated narrative changes and social repositioning.

KEYWORDS:

Labor; Vulnerability; Social justice; Social constructionism; Vocational guidance.

RESUMEN

El mundo laboral se ha vuelto cada vez más complejo, generando construcciones de carrera más flexibles e intermitentes. Este escenario ha solicitado cambios en los modelos de orientación profesional y de carrera (OPC), principalmente mediante la incorporación contextualizada de nuevos enfoques teóricos y por la necesidad de la ampliación del público asistido, para actuar en contextos caracterizados por la desigualdad social, como Brasil. A través de una investigación de intervención con estudios de casos múltiples, nuestro objetivo es presentar y discutir un modelo de orientación profesional basado en una perspectiva construccionalista social para ayudar a los trabajadores/as informales y/o personas poco calificadas. La efectividad de la intervención fue evaluada a través de una metodología cualitativa no estructurada de cambios narrativos basada en la reflexividad (LAQuA). Los resultados demostraron cambios narrativos y reposicionamiento social.

PALABRAS CLAVE:

Trabajo; Vulnerabilidad; Justicia social; Construccionalismo social; Orientación vocacional.

Informações do Artigo:

Marcelo Afonso Ribeiro
marcelopsi@usp.br

Recebido em: 18/08/2020
Aceito em: 22/03/2021

O mundo do trabalho contemporâneo tem se tornado mais complexo e heterogêneo, gerando a construção de carreiras flexíveis, simultaneamente à continuidade da existência das tradicionais carreiras mais lineares e estáveis, e de modelos híbridos que articulam estabilidade e flexibilidade, como apontam os estudos de Biemann, Zacher e Feldman (2012), Kovalenko e Mortelmans (2014) e Ribeiro (2015). Além disso, as chamadas carreiras transicionais ganham espaço e podem ser definidas por trajetórias intermitentes e descontínuas geradas por dois motivos distintos em função de diferenciação socioeconômica. De um lado, pessoas de classe média e alta em crise momentânea de carreira e, de outro lado, pessoas de classes mais baixas

que constroem suas trajetórias dessa forma em função da falta de oportunidades e de qualificação. Em geral, por meio de *trabalho informal*, que pode ser definido pelo fácil acesso, por trabalhos de baixa qualidade sem regulamentação e proteção social, e com baixos requisitos de qualificação, nos quais não há perspectiva de ascensão social e profissional (Antunes, 2012; International Labour Organization [ILO], 2019). Segundo a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD, 2016), trabalhadores/as com *baixa qualificação* são aqueles/as que possuem poucas habilidades para oferecer na realização do trabalho, pouco especializados/as e não agregam muito valor aos resultados de seu trabalho, em geral, com, no máximo, ensino médio completo. Baixa qualificação e informalidade são fatores de vulnerabilidade para os/as trabalhadores/as.

De acordo com Arulmani (2014), Blustein, Ali e Flores (2019), Duarte (2015), Guichard (2012), Hooley e Sultana (2016), Rascován (2017) e Savickas (2013), este cenário tem demandado transformações nas propostas de orientação profissional e de carreira (OPC), principalmente pela incorporação contextualizada de novas perspectivas teóricas e pela necessidade de ampliação do público assistido, para atuar em contextos de alta desigualdade social, desemprego e informalidade, como é o caso do Brasil (Antunes, 2012; ILO, 2019). Isto se dá, basicamente, por conta do fato de que as teorias do *mainstream* da OPC foram produzidas no Norte global (Estados Unidos e Europa) com base em amostras de pessoas com formação superior e das classes média e alta, sendo as intervenções em OPC tradicionalmente dirigidas a esta população (Arulmani, 2014; Blustein, Masdonati, & Rossier, 2017; Bock, 2010; Hooley & Sultana, 2016; Rascován, 2017), o que também acontece no Brasil (Ambiel, Campos, & Campos, 2017).

Nota, Soresi, Ferrari e Ginevra (2014) dizem que a OPC deveria auxiliar os segmentos mais vulnerabilizados da sociedade, não somente os/as mais qualificados/as ou com maior poder socioeconômico para promover maior justiça social (Hooley & Sultana, 2016) e a construção de trajetórias de trabalho decente (Blustein et al., 2019) e, conseqüentemente, uma versão mais comprometida socialmente da OPC, como o fundador do campo da OPC, Frank Parsons (1909/2005), propõe.

Compreendemos *justiça social* como compromisso do enfrentamento das desigualdades sociais, econômicas e culturais existentes em dado contexto e do auxílio ao acesso a direitos fundamentais (por exemplo, direito a um trabalho decente) que vulnerabilizam a vida das pessoas, através de mecanismos de promoção deste

processo, como propomos ser, aqui, a OPC (Hooley & Sultana, 2016). E, assim, o auxílio à *construção de trajetórias de trabalho decente* deveria ser um dos objetivos da OPC - trajetórias fundamentadas em oportunidades iguais para que todos/as tenham um trabalho produtivo e de qualidade em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humanas (Blustein et al., 2017; ILO, 2019).

O campo da OPC tem estado em sintonia com estas demandas sociais e de trabalho, tanto pela proposta de incorporação de novas epistemes ao campo das ciências, como o exemplo da proposta do *life design* (Ribeiro, Teixeira, & Duarte, 2019), quanto pela necessidade de ampliar o escopo de estudo e intervenção em orientação para um público maior e mais diversificado, como as propostas da *psychology of working theory* - PWT (Duffy, Blustein, Diemer, & Autin, 2016; Pires, Ribeiro, & Andrade, 2020), da OPC e justiça social (Hooley & Sultana, 2016) e pela OPC crítica na América Latina (Bock, 2010; Rascován, 2017).

De um lado, Duarte (2015), Guichard (2012) e Savickas (2013) apontam que os modelos de OPC atuais deveriam ser baseados em conceitos e estratégias mais dinâmicos, processuais e transicionais, com foco na construção de significados e da construção de si no mundo por meio da carreira, na radicalização da reflexividade e na negociação constante com o mundo do trabalho para coconstrução das carreiras. Do outro lado, Duffy et al. (2016), Hooley e Sultana (2016) e Rascován (2017) argumentam sobre a necessidade de construção da consciência crítica, do questionamento do que é normal, evitando projetos de auxílio para adaptação ao mundo e incorporando projetos de transformação e emancipação, e de coconstrução de conhecimentos situados por meio de uma análise psicossocial para uma OPC contextualizada.

Uma das epistemes recentes no campo das ciências é a perspectiva socioconstrucionista que, segundo Savickas (2013), é uma proposta contemporânea com potencialidade para atender as demandas atuais dirigidas ao campo da OPC. Uma das primeiras tentativas de trazer esta episteme para a OPC foi o número especial de 2004 do *Journal of Vocational Behavior* sintetizado no artigo introdutório (Young & Collin, 2004) e que finalmente teve sua sistematização no livro de McIlveen e Schultheiss (2012) que apresenta variadas propostas de OPC com base construcionista, além das proposições recentes da PWT (Duffy et al., 2016; Pires et al., 2020) e do *life design* (Ribeiro et al., 2019).

No Brasil, o construcionismo não tem sido muito utilizado para embasar as práticas e as reflexões em OPC, como apontam Ambiel et al. (2017). As poucas exceções são: a discussão sobre estereótipos profissionais (Frabetti, Thomazelli, Feijó, Camargo, & Cardoso, 2015), construção de carreiras (Ribeiro, 2014), possibilidades de uma OPC socioconstrucionista (Ribeiro, 2011; Souza & Scorsolini-Comin, 2011) e políticas públicas em OPC (Pereira & Ribeiro, 2019; Silva, 2011). Isso justifica a relevância de uma proposta socioconstrucionista para o campo da OPC no Brasil, pois discute uma proposta ausente na OPC neste contexto e em sintonia com as correntes principais da OPC no mundo, principalmente para lidar com desigualdades socioeconômicas e culturais.

Diante desse panorama, o presente artigo visa apresentar e discutir uma proposta de OPC fundamentada no construcionismo social por meio de uma pesquisa de intervenção com o estudo de casos múltiplos para cumprir a demanda atual já apontada de incorporação contextualizada de novas perspectivas teóricas e de ampliação e diversificação da população atendida. Por que o construcionismo social seria capaz de enfrentar os desafios do mundo atual?

Quadro Teórico: A Perspectiva Socioconstrucionista

O construcionismo social não é um sistema teórico, mas uma perspectiva alternativa de leitura da realidade. É definido por uma *ontologia relacional*, pois preconiza que a realidade é construída em relação via narrativas, discursos, significados e práticas sociais, como apontam Gergen (1997), McNamee (2012) e Raserá e Japur (2005). É importante salientar que “falar em uma ontologia relacional não significa negar a existência material das pessoas e das coisas, porque a única realidade existente seria a realidade da relação, na qual pessoas, coisas e sociedade existem como constituintes da relação” (Ribeiro, 2017, p. 267). É constituído por uma *epistemologia intersubjetivista* que concebe o conhecimento como resultante das relações, não de pressupostos apriorísticos. A perspectiva construcionista propõe uma *metodologia dialógica e transformativa* através da qual a interpretação sobre a realidade é construída e negociada na própria relação psicossocial, num processo de coconstrução. E se fundamenta em um *projeto ético-político* marcado pela indissociabilidade entre produção de conhecimentos e intervenção social.

Em síntese, o construcionismo social centra-se na forma como o mundo vem sendo dotado de significados via narrativas pessoais e discursos sociais, e como esses significados são reproduzidos, negociados e transformados através da prática social, reconstruindo, portanto, a realidade e produzindo as pessoas, sempre dentro de um contexto e articulado com esse contexto. Assim, busca a coconstrução de conhecimentos e práticas de forma situada, ou seja, dialogando com todos/as os/as envolvidos/as no processo em dado contexto, sem impor verdades pré-concebidas, mas negociando-as com as realidades nas quais se trabalha e se pesquisa. Neste sentido, consequentemente, tem potencial para auxiliar pessoas de diferentes caracterizações socioeconômicas e culturais, como vem sendo demandado pelo campo da OPC (Duarte, 2015; Duffy et al., 2016; Guichard, 2012; Hooley & Sultana, 2016; Rascován, 2017).

Construção de uma Proposta de OPC

A presente proposta de OPC se constrói a partir de dois movimentos de produção de conhecimentos e práticas através de compreensões híbridas (Santos, 2009). Primeiramente, compreensões híbridas entre propostas do *mainstream* da OPC (*life design*, PWT e OPC e justiça social) com produções nacionais (OPC crítica), geradoras da primeira versão da proposta de cunho mais teórico. Este primeiro movimento configurou o instrumento da presente pesquisa, ou seja, um modelo teórico de OPC a ser testado na prática. E, em segundo lugar, a proposta teórica inicial foi reconstruída a partir de compreensões híbridas entre o conhecimento do/a orientador/a e dos/as orientandos/as em situações práticas de OPC, que interpelaram a proposta teórica reconstruindo-a pela articulação entre conhecimento científico e conhecimento cotidiano. Este segundo movimento definiu os achados apresentados e discutidos no presente artigo. É importante salientar que a presente proposta de OPC socioconstrucionista se difere das propostas já existentes com base nesta perspectiva (McIlveen & Schultheiss, 2012) por ser uma proposta construída através de compreensões híbridas entre epistemologias do Norte e do Sul (Santos, 2009) e em contextos de desigualdade social (Antunes, 2012). A proposta se baseia em três princípios centrais: psicossocial, diálogo intercultural e hibridismo.

O primeiro princípio central é o princípio do *psicossocial* que, com base numa ontologia relacional, pode ser definido como a pessoa produzida “em ‘relações’, em situações concretas de sua existência e de sua possibilidade de criação e recriação da mesma” (Bohoslavsky, 1983, p. 31-32), numa intersubjetividade em

cena (Paiva, 2013), pois “o psicossocial não seria nem social, nem subjetivo, mas uma ‘terceira coisa’” (Ribeiro, 2017, p. 270) que transcende a separação das dimensões subjetivas e socioculturais para criar algo novo, como construção relacional (McNamee, 2012) e conhecimento situado (Hooley & Sultana, 2016).

O segundo princípio central é a *interculturalidade* ou *diálogo intercultural*, proposto por Santos (2009) e aqui reconstruído para o campo da OPC, que pode ser compreendido como reconhecimento recíproco da existência de culturas distintas em dado espaço cultural e disponibilidade para o diálogo visando a construção e o desenvolvimento mútuos. A OPC poderia, então, ser construída numa diversidade epistemológica, partindo do pressuposto de que a construção contemporânea do conhecimento deve vir de todos/as, não haveria uns/umas mais aptos/as do que outros/as para tal tarefa, através tanto de compreensões híbridas (mistura de compreensões do Norte global e do Sul global), quanto de uma produção de conhecimento que se daria no interior e fora da comunidade científica (reconhecimento do saber cotidiano como legítimo). Isto justificaria que uma OPC pudesse ser oferecida por alguém, por exemplo, de um grupo social diferente dos/as orientandos/as, como é o caso de orientadores/as com curso superior oferecendo orientação para trabalhadores/as informais com ensino médio incompleto.

E, por último, o terceiro princípio central é o princípio do *híbrido* (Latour, 2012) entendido com uma “trama de ligações cujo denominador comum é a mistura de coisas de ordens distintas” (Madeira, 2010, p. 1) que pode resultar em um *monstro*, quando não legitimado socialmente e sem lugar para existir, ou em um *híbrido* propriamente dito, quando reconhecido como experiência psicossocial válida e incluída como fenômeno integrante do universo de significados e práticas sociais existentes (Ribeiro, 2017). Por exemplo, um/a trabalhador/a informal teria uma carreira ou não? No senso comum, diríamos que não, sendo sua trajetória não validada como carreira, portanto, um *monstro*. Por outro lado, se assumimos que sua trajetória seria uma carreira e ela é reconhecida socialmente como tal, o *monstro* se torna um *híbrido* e tem potencialidade de reconstruir os discursos e concepções sociais vigentes.

Método

O método aqui utilizado é de natureza qualitativa e se insere no campo das pesquisas participantes que, de modo geral, visam a identificação de problemas e a coconstrução de soluções para questões práticas

realizadas entre pesquisadores/as e participantes da pesquisa (Schmidt, 2006). Em suma, são modalidades de pesquisa que envolvem, necessariamente, mudanças em alguma dimensão da realidade. O método escolhido para cumprir o objetivo proposto foi a pesquisa de intervenção, que tem sido utilizada no campo da educação e tem aparecido pouco no campo da psicologia e, mais especificamente, da OPC. Segundo Damiani, Rochefort, Castro, Dariz e Pinheiro (2013), em geral, essa modalidade de pesquisa é confundida com projetos de extensão e seus relatórios com relatos de experiência, mas não o são. A pesquisa de intervenção é uma pesquisa aplicada que trabalha com dados criados, e envolve uma avaliação rigorosa e sistemática, apoiada em métodos científicos, dos efeitos da prática realizada; trata-se de uma investigação que não somente faz simples descrições dos efeitos destas práticas. Esse último aspecto é o fator principal que diferencia a pesquisa de intervenção dos relatos de experiência. Parte de uma intenção de mudança ou inovação, sendo, portanto, um método para criação e avaliação de práticas emergentes, como é a proposta do presente artigo.

Para a validação da pesquisa de intervenção foi utilizado o método de estudo de casos múltiplos (Yin, 2009), pois o estudo de caso tem demonstrado ser um instrumento metodológico interessante para testar a construção de inovações práticas, como apontaram Stead et al. (2012), sendo definido como um estudo extensivo de pessoas, fenômenos sociais ou estratégias de intervenção para melhor compreendê-los e avaliar seus limites e possibilidades. Segundo Yin (2009), os estudos de casos múltiplos possibilitam analisar diferenças e similaridades entre os casos, compreender os dados no interior de uma situação e, através das situações diversas, gerar conclusões relevantes baseadas em diferentes evidências empíricas.

Participantes

Orientandos/as.

Três adultos/as (35 a 55 anos), dois homens e uma mulher, casados/as com filhos/as, negros/as, todos/as com ensino médio incompleto e trabalhando como autônomos/as ou informais. São considerados trabalhadores/as socialmente pouco qualificados/as (OECD, 2016). Foram escolhidos/as por fazerem parte dos segmentos mais vulnerabilizados da sociedade, que geralmente não têm acesso aos serviços de OPC e não se beneficiam com o que é oferecido, porque, geralmente, são serviços modelados para auxiliar pessoas de classe média e alta. Os nomes fictícios dos/as participantes foram usados para preservar a confidencialidade. Todos/as

demandavam ajuda para melhorar suas vidas e condições de trabalho, evitar ficarem sem trabalhar e construírem trajetórias reconhecidas de trabalho, sendo atendidos/as em OPC de forma individual a partir da estratégia proposta.

Orientadores/as.

A OPC foi realizada por duas orientadoras com experiência e treinamento no modelo utilizado, supervisionadas pelo autor do artigo. São mulheres brancas, entre 30 e 40 anos, classe média, com formação em psicologia e atuando em um serviço universitário de OPC.

Medidas

Utilizamos a LAQuA (*Life Adaptability Qualitative Assessment* - Avaliação Qualitativa da Adaptabilidade de Vida), proposta por Di Fabio (2015), como instrumento de avaliação qualitativa da efetividade do processo de intervenção em OPC por meio da avaliação da “mudança ou a falta de mudança na narrativa de vida de um indivíduo ao longo do tempo” (Di Fabio, 2015, p. 47) estando alinhada com a perspectiva socioconstrucionista. A LAQuA avalia qualitativamente mudanças narrativas ao longo do processo de OPC através de um sistema de codificação baseado em cinco categorias de mudança, a saber: (a) aumento da reflexividade – aprofundamento reflexivo sobre narrativas já construídas anteriormente; (b) reflexividade revista – surgimento de novas narrativas; (c) reflexividade aberta – ampliação narrativa; (d) reflexividade aprimorada – diversificação narrativa; e, por fim, e) sem mudança.

Intervenção – Estratégia de OPC Inicialmente Proposta

Com base nos três princípios básicos descritos na Introdução (*psicossocial, interculturalidade e hibridismo*), foram propostos os fundamentos teóricos e técnicos da presente proposta de OPC numa perspectiva socioconstrucionista, avaliados pela realização do atendimento de três pessoas, e inspirada nos modelos do *life design*, PWT e OPC e justiça social articulados com a OPC crítica latino-americana.

Fundamentos teóricos.

O primeiro fundamento teórico é a *ontologia relacional*, que versa que a única realidade existente é a realidade da relação e que conhecimentos e práticas são intersubjetivamente coconstruídos nas ações cotidianas através dos processos relacionais (McNamee, 2012) ou dos planos de intersubjetividade (Paiva, 2013). O

segundo fundamento teórico é a *concepção da carreira como projeto e trajetória de vida de trabalho* (Ribeiro, 2014). A carreira é pensada como a história a contar (*projeto de vida de trabalho*) e a história contada sobre sua vida de trabalho (*trajetória de vida de trabalho*), definindo história como a narrativa do que aconteceu por aquele/a que conta. O terceiro fundamento teórico é a *narrabilidade*, compreendida como a capacidade relacional de construir uma biografia ou de narrar sua história de vida com senso de identidade na relação com outros/as e com o mundo do trabalho (Ribeiro et al., 2019). É uma competência relacional e, por conseguinte, psicossocial, pois uma narrativa somente existe se é psicossocialmente válida. E, o quarto e último fundamento teórico, é a *concepção do/a orientando/a como sujeito de escolhas, de discursos e de direitos* (Bohoslavsky, 1983; Duffy et al., 2016; Paiva, 2013). Como uma pessoa em relação, ele/a (o/a orientando/a) deve poder coconstruir, através do diálogo intercultural, uma posição de sujeito de discursos legitimados e reconhecidos por meio de suas narrativas, e sujeito de direitos, incluindo o direito de construir uma carreira, não somente planejar estratégias de sobrevivência (Arulmani, 2014). Assumimos que todos/as têm uma carreira, pois, do contrário, estaríamos corroborando com a hierarquização do mundo do trabalho ao dizer que apenas alguns/mas têm o direito a construir uma carreira (Ribeiro, 2014). Este posicionamento permitiria, potencialmente, que qualquer orientando/a se transformasse em sujeito de escolhas (Bohoslavsky, 1983).

Fundamentos técnicos.

O pressuposto técnico central da proposta é que o/a orientador/a deixe sua posição de orientador/a e assuma a posição de *intermediário/a*. Ao invés de auxiliar o/a outro/a num processo individual de construção, deve facilitar e dar suporte à articulação da pessoa com o mundo do trabalho e as possibilidades de carreiras que potencialmente podem ser coconstruídas através de uma ação conjunta com a (e através da) comunidade na qual o/a orientando/a deseja coconstruir sua carreira (Rascován, 2017). A posição de *intermediário* sustenta a lógica das *intervenções híbridas*, proposta por Moran (2015), e tomada como modelo para a OPC nas quais o planejado se articula com o imprevisto, o conhecimento é produzido por todos/as os/as envolvidos/as na relação, como também preconizou Santos (2009), e a OPC não se reduz ao espaço da relação dual orientador/a e orientando/a para se estender para as demais relações construídas pelo/a orientando/a no mundo. O segundo fundamento técnico é o *foco no processo*, conforme recomendado por Savickas (2013), semelhantemente a

Bohoslavsky (1983) com sua proposta da deuteroescolha, ou seja, compreensão de como as pessoas escolhem escolher. O principal motivo é que, mais importante do que auxiliar uma pessoa a construir um projeto de vida de trabalho específico em um momento e um contexto específicos, é possibilitar a compreensão do seu processo singular de construção de carreira: a prescrição (o que fazer) deve ser substituída pelo processo (como fazer) (Savickas, 2013). O terceiro fundamento técnico é a prática das *coconstruções sucessivas* entre orientadores/as e orientandos/as. A estratégia de intervenção não deve seguir um modelo predefinido de estratégias aplicável a qualquer pessoa ou contexto e sim ser reconstruída a partir de conceitos e práticas contextualizadas de ambos/as com uma função instituinte (Duarte, 2015; Savickas, 2013), sempre como conhecimentos situados, pois um conhecimento só é válido quando ele é contextualizado (Santos, 2009) e realizado na articulação entre narrativas pessoais e discursos sociais (Gergen, 1997). O quarto fundamento técnico é o da *hermenêutica diatópica*, através da qual a OPC deve ser baseada nas referências dos/as orientandos/as (narrativas pessoais), reconstruídas pelas intervenções do/a orientador/a (representante dos discursos sociais) e coconstruída na relação entre ambos/as (Santos, 2009). Por meio da *hermenêutica diatópica*, os discursos sociais dominantes sobre o mundo do trabalho e as carreiras são problematizados e a construção da carreira se torna possível via um processo de negociação com as possibilidades contextuais apresentadas pelo/a orientando/a que é mediado pelo/a orientador/a (*intermediário*). Nessa estratégia, a informação profissional e do mundo do trabalho não advém do/a orientador/a, pois ele/a não detém este conhecimento, mas é apresentada pelo/a orientando/a (narrativas singulares) e colocada em relação com os discursos sociais dominantes através da ação do/a orientador/a, produzindo um terceiro saber como resultante do encontro, numa fusão de horizontes (Paiva, 2013) ou como saber mestiço (Santos, 2009). O quinto fundamento técnico é a *consciência crítica*, como propôs Freire (1974) e foi incorporado ao campo da OPC por Duffy et al. (2016) e Hooley e Sultana (2016). Visa auxiliar o/a orientando/a compreender seu lugar nas relações sociais de poder e buscar alternativas possíveis de mudança de sua situação atual por meio da construção de projetos de vida de trabalho. É importante marcar que não se deve reduzir o realismo ao que existe (Santos, 2009), ou seja, limites e possibilidades existem e precisam ser explicitados e analisados, mas não podem se constituir em fatores limitantes *a priori*, pois isto seria uma ação antidialógica (Freire, 1974), quando uma pessoa (no nosso caso, o/a orientador/a) tenta analisar o/a outro/a (no

nosso caso, o/a orientando/a) e impor sua compreensão sobre ele/a. O sexto fundamento técnico é *validação discursiva* entendida como uma estratégia através da qual o/a orientador/a tenta validar os conhecimentos e as experiências de trabalho como socialmente reconhecidas por meio de um trabalho conjunto entre orientando/a, orientador/a e pessoas da comunidade de origem do/a orientando/a, visando o reposicionamento social ao questionar a posição das pessoas nas metanarrativas sociais e buscar reposicioná-las discursivamente (Ribeiro, 2020). E, por último, o sétimo fundamento técnico é justamente a *estratégia comunitária*, ou seja, a ideia de que uma OPC não deve ficar restrita à relação de orientação e ser expandido para as relações do/a orientando/a com sua comunidade, incluindo, diretamente, pessoas e grupos comunitários, associações de bairro, e movimentos sociais e identitários, por exemplo, através de grupos de discussão sobre questões geradas na OPC realizadas por pessoas da comunidade do/a orientando/a visando assim auxiliar na tomada de decisões e na coconstrução de projetos contextualizados (Rascován, 2017).

Etapas do processo.

A proposta de OPC tem duração média de oito encontros de uma hora cada um, dependendo do processo de coconstrução realizado e deve cumprir três objetivos: (1) *acolhimento*, (2) *coexploração em profundidade* da história de vida de trabalho (trajetória e construções identitárias) para coconstrução da demanda para a OPC, e (3) *desconstrução, reconstrução e coconstrução do projeto e do plano de ação de vida de trabalho*, atualizando a proposta de Eisenberg e Patterson (1988).

Procedimentos

Em primeiro lugar, ocorreu a solicitação ao serviço universitário de OPC para realização da pesquisa. Em seguida, foi feito o recrutamento dos/as participantes com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguido da realização das intervenções em OPC com base no modelo proposto e acompanhadas por supervisões semanais em grupo e relatórios dos atendimentos. Em quarto lugar, realizamos as análises das narrativas de cada pessoa por meio da LAQuA com a colaboração de três juízes/as especialistas em OPC, ao longo do processo de OPC para verificar mudanças, ausência de mudanças e tipos de mudança realizadas de forma qualitativa por meio do sistema de codificação proposto. E, por último, foram feitas análise

e discussão dos limites e possibilidades do modelo proposto para auxiliar trabalhadores/as informais e/ou com baixa qualificação.

Análise dos Resultados

Para Damiani et al. (2013), a pesquisa de intervenção gera dois tipos de resultados: os achados relativos aos efeitos da intervenção sobre seus/suas participantes, e os achados relativos à intervenção propriamente dita. Isso, por conseguinte, demandou dois tipos de análise dos resultados na presente pesquisa: a análise de mudança narrativa por meio da LAQuA (primeiro conjunto de achados) e a reconstrução do processo de OPC através da hermenêutica diatópica, permitindo analisar a pertinência e validade da proposta teórica em OPC (segundo conjunto de achados). Assim, a análise da proposta em OPC ocorreu simultaneamente à realização da intervenção pelos/as próprios/as orientandos/as e pelo grupo de supervisão que acompanhava as discussões.

Cuidados Éticos

Buscou-se respeitar todos/as os/as participantes do estudo em sua dignidade e liberdade, sendo tomados os cuidados éticos necessários em uma investigação qualitativa com assinatura de TCLE, designação dos/as participantes por pseudônimos e evitando incluir detalhes dos atendimentos desnecessários para os objetivos dos estudos de caso. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética (CAEE 86654418.2.0000.5561).

Apresentação e Discussão dos Resultados

Até aqui, esmiuçamos as principais mudanças narrativas dos/as participantes por meio da LAQuA (primeiro conjunto de achados) e a pertinência e validade da proposta teórica em OPC (segundo conjunto de achados). Para tal, apresentamos a caracterização de cada participante e o processo da OPC vivenciado por cada um/a nas três etapas propostas (acolhimento, exploração em profundidade e desconstrução, reconstrução e coconstrução do projeto e do plano de ação de vida de trabalho). Cada fundamento teórico e técnico foi discutido a partir da análise de sua pertinência e validade coconstruída na relação com os/as participantes da pesquisa através do método da hermenêutica diatópica. As mudanças narrativas pautadas na reflexividade avaliadas pela LAQuA (Di Fabio, 2015) e apresentadas por meio de vinhetas dos atendimentos realizados, serviram como ilustração e avaliação do processo de OPC construído. Os princípios teóricos e técnicos estão articulados e imbricados, por isso não há possibilidade de apresentá-los de forma separada, logo, optamos por fazê-lo de

maneira conjunta, indicando cada qual ao longo do texto em itálico, assim como as categorias de mudança narrativa propostas pela LAQuA.

Caracterização dos/as Participantes

Antônio.

Homem negro, 55 anos, ensino médio incompleto, casado e com filhos/as, com uma trajetória descontínua de trabalhos informais e empregos intermitentes, que trabalhava há muito tempo como vendedor informal nas ruas.

Camila.

Mulher negra, 43 anos, ensino médio incompleto, casada e com filhos/as, com uma trajetória de trabalhos informais, que trabalhava como vendedora informal desde que o marido ficou desempregado.

José.

Homem negro, 36 anos, ensino médio incompleto, casado e com filhos/as, com uma trajetória descontínua de trabalhos informais e autônomos, que trabalhava há muito tempo como vendedor autônomo.

Análise do Processo da OPC Vivenciado pelos/as Participantes

Acolhimento.

Em primeiro lugar, os/as orientandos/as foram acolhidos/as com base na *ontologia relacional* (Blustein, 2011; McNamee, 2012) e, através da *hermenêutica diatópica* (Santos, 2009), construíram as primeiras narrativas pessoais auxiliados/as pela posição de *intermediário/a* entre o mundo do/a orientando/a e o mundo dos discursos socialmente reconhecidos que o/a orientador/a assume, a fim de que os temas e enredos de vida possam ser reconstruídos na relação de orientação (Savickas, 2013).

Antônio buscava aprender como aprimorar suas condições de trabalho, pois não as considerava boas devido ao fato de ele ser um vendedor informal nas ruas há muito tempo. Essa busca era sintetizada em sua demanda principal: “Eu quero uma carreira”. Ele gostaria de ingressar no reconhecido mundo das carreiras, por não considerar o que vinha realizando no trabalho, nem uma profissão, nem uma carreira. Se sentia, ainda, uma pessoa desvalorizada e que buscava por algo que pudesse chamar de profissão: “Um vendedor de rua somente vende e isso é tudo que eu sou, o que é muito frustrante”. Além disso, vivenciava obstáculos por conta de sua

idade e tomava como verdade que “pessoas velhas não têm lugar no mercado de trabalho”. Suas narrativas apresentam uma vivência de uma posição social desvalorizada e a compreensão de uma trajetória de trabalho não vista como uma carreira.

Camila buscou orientação para o filho desempregado e se inscreveu para incentivar o filho a participar. Suas duas narrativas iniciais denotavam, em primeiro lugar, a culpa de gênero, por ser mãe e trabalhadora e achar que não cuidava bem do filho, embora somente tenha começado a trabalhar porque o marido perdeu o emprego (discurso social de gênero da mulher como cuidadora, não trabalhadora). E, em segundo lugar, uma questão de classe social, ao achar que não poderia se beneficiar de uma OPC por não ter feito curso superior: “Seu tivesse estudado minha vida seria totalmente diferente” (discurso social de que o sucesso na carreira somente advém com o diploma superior ao qual ela atribuiu um significado inicial nomeado de “vergonha”). Ambas são narrativas de sujeição ao discurso social dominante de gênero e classe (narrativas de passividade), sem consciência crítica, o que retira a voz das pessoas (Duffy et al., 2016) e a chance de serem sujeitos de direitos (Paiva, 2013), são discursos corporificadas no significado “vergonha”.

José, assim como Antônio, gostaria de poder chamar sua trajetória de trabalho de carreira, mas sentia dificuldades pela falta de qualificação e pela necessidade de garantir sua sobrevivência e de sua família. Suas narrativas também apresentam uma vivência de uma posição social e educacional desvalorizada e a compreensão de uma trajetória de trabalho não vista como uma carreira.

A *ontologia relacional* se corporificou quando Camila verbalizou, seguidas vezes, que o/a orientador/a “a deixava falar”, ou seja, que havia espaço de *coconstrução* (Duarte, 2015) dos conhecimentos através dos processos relacionais, e não fórmulas para o sucesso ensinadas por alguém que detém o discurso dominante, esse movimento a fazia sentir-se como *sujeito de discursos* (Paiva, 2013). Disse, também, que conversava muito com o marido, mas que era diferente, pois na relação de orientação ela sentia que algo poderia mudar, configurando a prática do *diálogo intercultural* e da *hermenêutica diatópica* para a *coconstrução* da relação de orientação (Santos, 2009), concebida pela produção *híbrida* entre os conhecimentos técnico e cotidiano (Ribeiro, 2017).

Antônio expressou no segundo encontro: “Ela (a orientadora) parece levar em conta o que eu falo e, em geral, as pessoas com mais educação não fazem isto”, deixando claro a lógica do *diálogo intercultural* e da *hermenêutica diatópica*, desconstruindo o discurso social de hierarquização dos conhecimentos e permitindo que uma nova relação se construa a partir da realidade do/a orientando/a (Santos, 2009; Savickas, 2013), numa prática contextualizada (Freire, 1974; Hooley & Sultana, 2016).

Antônio, assim como Camila, vão, gradativamente se percebendo como *sujeito de discursos e de direitos* (Blustein et al., 2019; Paiva, 2013), *principalmente* o direito a falar e ser ouvido/a a partir do que diz, aos poucos desconstruindo narrativas de passividade – dimensão técnica do *foco no processo* (Ribeiro et al., 2019). Em síntese, as narrativas iniciais reproduziam os discursos sociais, ou seja, pessoas mais velhas têm poucas oportunidades de trabalho, mulheres não trabalham, quem não tem ensino superior é desqualificado/a e o único caminho para melhorar a vida de trabalho é cursar uma faculdade.

Exploração em profundidade.

José, Camila e Antônio ao relatarem sua trajetória de trabalho, não a nomearam de carreira. Ao ser perguntado o que esperava da orientação de carreira, Antônio respondeu: “Quero uma carreira”. Deixou claro que o que ele fazia não era nem uma profissão, nem uma carreira, e ele queria ingressar no mundo reconhecido das carreiras. Assim como Camila, que repetiu várias vezes ao longo da orientação de carreira: “Mas eu tenho uma carreira? Sou uma dona de casa que faz bico de vendedora”. Todos/as tinham uma narrativa pessoal construída a partir dos discursos sociais dominantes do mercado de trabalho (narrativas de passividade) e buscavam alternativas. São narrativas de reprodução da hierarquização social que as pessoas não conseguem modificar, sendo este o motivo de busca de um processo de orientação e que necessita ser explorado em profundidade nesta etapa (Hooley & Sultana, 2016). A ação do/a orientador/a, como um *intermediário/a*, foi auxiliar no processo gradativo de desconstrução destas narrativas para *coconstrução sucessiva* de novas narrativas fundamentadas nas oportunidades que os contextos de trabalho de cada orientando/a ofereciam (Savickas, 2013), numa prática que, potencialmente, possa dar voz aos/às orientados/as (Blustein et al., 2019), como *sujeitos de escolhas* (Bohoslavsky, 1983) e *de discursos e direitos* (Paiva, 2013).

Desconstrução, reconstrução e coconstrução do Projeto e do Plano de Ação de Vida de Trabalho.

José relatou que sua experiência de trabalho incluía três empregos apenas, apesar de já ter uma trajetória de trabalho de 20 anos, mas ao longo do processo de orientação foi percebendo que havia feito e produzido muito e que tinha construído uma trajetória significativa de trabalho. “Não sabia que eu havia feito tanta coisa na minha vida. Mas é verdade, eu sei fazer muitas coisas” – *processo de desconstrução e reconstrução narrativa* (Savickas, 2013). O/a orientador/a, através do *diálogo intercultural* (Santos, 2009), auxiliou José a validar sua trajetória como carreira e ele pôde nomear essa trajetória como carreira, marcando que as concepções estruturantes do mundo do trabalho, como a carreira, são formatadas contextualmente. Isto fez com que José se percebesse como um *sujeito de direitos* (Paiva, 2013), com direito a ter uma carreira, o que ele não se sentia tendo, num claro movimento de desconstrução e reconstrução narrativa gerado por uma *reflexividade revista* com o surgimento de novas narrativas, segundo a codificação da LACQuA (Di Fabio, 2015).

Através da *hermenêutica diatópica* (Santos, 2009) e por uma construção *híbrida* de conhecimentos - científico e cotidiano (Latour, 2012), uma *validação discursiva* foi realizada, ou seja, uma narrativa pessoal é ressignificada através do *diálogo intercultural* e assume um significado mais próximo dos discursos sociais reconhecidos (Santos, 2009). No exemplo de José, ele não se considerava qualificado, nem detentor de inúmeras competências, bem como não julgava ter, mas desejava, uma carreira, embora já possuísse uma trajetória significativa de trabalho, porém não nomeada como carreira. A estratégia inicial pensada por José era fazer um curso superior, se adaptando ao discurso social dominante, mas havia outra alternativa que consistia em considerar sua trajetória percorrida como uma carreira e investir nela. Como primeiro passo, o/a orientador/a, enquanto representante dos discursos sociais dominantes, validou a narrativa da trajetória de José como carreira, nomeando-a como tal, o que foi insuficiente, por isso a presente proposta é de *cunho comunitário* (Rascován, 2017). O segundo passo é coconstruir com o/a orientando/a estratégias de validar sua narrativa na sua própria realidade de trabalho, pois, caso contrário, ela será apenas uma validação subjetiva, insuficiente para transformar uma narrativa de trajetória de trabalho em uma carreira. Dessa maneira, a *trajetória de vida de trabalho* de José era um *monstro* que virou um *híbrido* (Ribeiro, 2017) e pode ser chamada de carreira por meio da *validação discursiva* (Ribeiro, 2020), que é uma *prática híbrida* (Latour, 2012). Segundo Arulmani (2014),

a OPC com pessoas com baixa qualificação tem demonstrado que mudanças narrativas são insuficientes para promover mudanças significativas na vida de trabalho, por isso a necessidade de buscar concretizar mudanças sociais também, as quais são potencializadas, principalmente pela *validação discursiva* e pela estratégia de *coconstrução comunitária* da presente proposta.

Assim como José, Antônio teve sua trajetória validada como carreira e disse ao final da orientação: “Entrei como alguém que vivia de bico e sai como alguém que tem uma carreira, genial”, ou, então, na fala de Camila: “Quer dizer que posso trabalhar e ser mãe sem me sentir culpada?”. Seguiu dizendo: “Então, não sou alguém que faz bico de vendedora, eu sou uma microempresária? Se não me desse conta disto, estaria ainda correndo atrás de um curso superior para ter uma profissão”. Segundo a codificação da LACQuA (Di Fabio, 2015), todos/as aqui tiveram um movimento de *reflexividade revista* com o surgimento de novas narrativas, o que denota uma mudança narrativa importante de passagem de posições de passividade e submissão aos discursos sociais vigentes para posições mais ativas e de tentativa de transcender estes discursos, conseguindo romper as narrativas preexistentes que impediam a mudança narrativa e, por conseguinte, as ações no mundo.

Os contextos de trabalho incluem o jogo de poderes no qual a pessoa está inserida, e nem sempre se dá conta. É necessário que o processo de orientação ajude a pessoa compreender o lugar que ela ocupa nesse jogo, mais especificamente no mundo do trabalho, de forma que ela entenda o porquê desse lugar, para que a partir daí ela possa procurar possibilidades de transcendê-lo (Blustein et al., 2019; Hooley & Sultana, 2016), numa proposta fundada pela e para a realidade (Duffy et al., 2016; Guichard, 2012). Esse processo tem o nome de conscientização e gera uma *consciência crítica* (Freire, 1974). Não se configura como um processo de aprendizagem no qual alguém que estudou mais (no caso, o/a orientador/a) ensina alguém que estudou menos (no caso, o/a orientando/a) a ser crítico. De fato, é o/a orientador/a que desconhece como aquela pessoa vive desde o seu lugar no jogo de poderes. O/a orientador/a tem somente um conhecimento técnico sobre esse jogo, enquanto a pessoa tem o conhecimento cotidiano do jogo, e é no diálogo entre esses conhecimentos e no reconhecimento de que ambos são importantes que pode haver a construção de saber sobre o lugar daquela pessoa no contexto em que está, conforme preconiza a *hermenêutica diatópica* (Santos, 2009) e a lógica do *híbrido* (Latour, 2012).

Camila finalizou a orientação dizendo: “Vim procurar uma orientação e encontrei alguém que me deixa falar”, ou seja, veio buscar alguém para lhe dizer o que fazer e encontrou a possibilidade de *coconstruir sua narrativa de vida* (Savickas, 2013) e desenvolver sua *narrabilidade* (Ribeiro et al., 2019), através de um *diálogo intercultural* (Santos, 2009), em um movimento de *reflexividade revista* com o surgimento de uma nova narrativa, segundo a codificação da LACQuA (Di Fabio, 2015). José e Antônio saíram do processo de orientação com uma carreira (*reflexividade revista*) e Camila ressignificou suas narrativas de passividade e culpa de gênero (*trajetória de vida de trabalho*) e reconstruiu seu *projeto de vida de trabalho* em um movimento de *reflexividade aprimorada* em função de uma diversificação narrativa, agora com um significado socialmente reconhecido como microempresária (*reflexividade revista*), ou seja, a compreensão da *trajetória de vida de trabalho* permitiu a construção de um *projeto de vida de trabalho*, o que mostra a carreira na sua dupla dimensão (Ribeiro, 2014). Este posicionamento final demonstra a importância da OPC como *proposta comunitária* e do/a orientador/a como *intermediário/a* do processo de coconstrução da carreira no contexto no qual ele/a está inserido/a (Rascován, 2017). Nos três casos, as restrições do contexto pareciam impedir qualquer ação diferente e teriam como possíveis saídas se conformar com a sua posição atual ou mudar. Isso indica a pertinência da presente proposta como psicossocial, pois a resultante da orientação não advém única e exclusivamente de mudanças subjetivas da própria pessoa, mas da ampliação da compreensão sobre sua situação atual em função de uma maior *consciência crítica* sobre sua carreira (Duffy et al., 2016), que gerou um processo de reposicionamento subjetivo, identitário e social (Hooley & Sultana, 2016).

Em síntese, nos três estudos de caso, as narrativas iniciais reprodutoras dos discursos sociais que diziam que pessoas mais velhas têm poucas oportunidades de trabalho, mulheres não trabalham, quem não tem ensino superior é desqualificado/a e o único caminho para melhorar a vida de trabalho é cursar uma faculdade foram, de *forma processual*, sendo *desconstruídas e reconstruídas* ao longo da orientação. Sempre é importante lembrar que qualquer mudança narrativa gerada na orientação somente é real se negociada com os contextos nos quais as pessoas estão inseridas ou vão se inserir e cabe ao/à orientador/a *intermediar* este processo pela coconstrução de novas narrativas dirigidas ao futuro (*projeto de vida de trabalho*), buscando transformar a trajetória de um *monstro* em um *híbrido* reconhecido psicossocialmente (Ribeiro, 2017).

Todos/as os/as participantes foram incentivados/as a realizar conversas com colegas da sua comunidade de origem e do seu contexto social e de trabalho, vivendo, portanto, situações semelhantes, para refletir sobre suas vidas de maneira coletiva e para compartilhar as reflexões realizadas durante a OPC com seus/uas colegas a fim de ampliar o impacto da orientação e promover mudanças pessoais e sociais de forma discursiva e objetiva por meio da orientação, como já propuseram Arulmani (2014), Bohoslavsky (1983), Duffy et al. (2016), Hooley e Sultana (2016) e Rascován (2017).

Considerações finais

A proposta de OPC numa perspectiva socioconstrucionista se mostrou pertinente em termos teóricos e técnicos. Essa pertinência se dá, primeiramente, pela constatação de mudanças narrativas em termos de diversificação e inovação reflexiva, ou seja, dos efeitos da intervenção sobre os/as participantes avaliados/as pela LAQuA (Di Fabio, 2015). E, em segundo lugar, pelo teste prático da proposta teórica inicial, que demonstrou sua potencialidade como estratégia de OPC que atenderia às demandas atuais do mundo social e do trabalho, principalmente pela coconstrução entre orientador/a e orientando/a através do método da *hermenêutica diatópica* denominada de *validação discursiva*, e entendida como processo de ressignificação de narrativas pessoais que assumem um significado mais próximo dos discursos sociais reconhecidos de *monstro à híbrido*. Em primeiro plano, no interior da relação de orientação, e, depois, pela negociação sucessiva no próprio contexto de trabalho da pessoa, na qual o/a orientador/a atua como *intermediário/a*, possibilitando, potencialmente, o reposicionamento social e caracterizando a necessidade de uma estratégia comunitária para diversificação do público atendido em OPC.

As principais limitações da proposta apresentada dizem respeito às dificuldades tanto dos/as orientadores/as, quanto dos/as orientandos/as em abraçar objetivos de transcendência social ao invés de estratégias de adaptação ao existente que são de mais fácil realização, como é comum nas práticas de OPC (Hooley & Sultana, 2016). Limites socioeconômicos e culturais são, ainda, obstáculos importantes que, muitas vezes, dificultam ou impedem qualquer possibilidade de mudanças, mesmo com o aumento da consciência crítica (Duffy et al., 2016). Apesar dos/as participantes serem oriundos/as da mesma classe social com questões de carreira semelhantes, a interpretação dos resultados exige precaução e a presente proposta foi construída em

um país do Sul global e seria, portanto, fundamental avaliar sua efetividade em outros contextos, tanto do Sul global, quanto do Norte. Novos estudos necessitam ser realizados buscando gradativamente o aprimoramento e consolidação da proposta para que possa se tornar no futuro um modelo de OPC, status que infelizmente ainda não possui.

Financiamento

Este trabalho é fruto de pesquisa apoiada pelo CNPq pela bolsa de produtividade em pesquisa do autor (CNPq No. Processo 304599/2018-2).

Referências

- Ambiel, R. A., Campos, M. I., & Campos, P. P. T. V. Z. (2017). Análise da produção científica brasileira em orientação profissional: Um convite a novos rumos. *Psico-USF*, 22, 133-145. doi:10.1590/1413-82712017220112
- Antunes, R. (2012). *O caracol e sua concha: Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Arulmani, G. (2014). Career guidance and livelihood planning. *Indian Journal of Career and Livelihood Planning*, 3(1), 9-11. Recuperado de http://www.iaclp.org/yahoo_site_admin/assets/docs/3_Gideon_Arulmani_IJCLP_Vol_3.43213432.pdf
- Biemann, T., Zacher, H., & Feldman, D. C. (2012). Career patterns: A twenty-year panel study. *Journal of Vocational Behavior*, 81, 159-170. doi:10.1016/j.jvb.2012.06.003
- Blustein, D. L. (2011). A relational theory of working. *Journal of Vocational Behavior*, 79(1), 1-17. doi:10.1016/j.jvb.2010.10.004
- Blustein, D. L., Ali, S. R., & Flores, L. Y. (2019). Vocational psychology: Expanding the vision and enhancing the impact. *The Counseling Psychologist*, 47, 166-221. doi:10.1177/0011000019861213
- Blustein, D., Masdonati, J., & Rossier, J. (2017). *Psychology and the International Labor Organization: The role of psychology in the decent work agenda*. Recuperado de http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---.../wcms_561013.pdf
- Bock, S. D. (2010). *Orientação profissional para classes pobres*. São Paulo: Cortez.
- Bohoslavsky, R. (1983). *Vocacional: Teoria, técnica e ideologia*. São Paulo: Cortez.
- Damiani, M. F., Rochefort, R. S., Castro, R. F., Dariz, M. R., & Pinheiro, S. S. (2013). Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. *Cadernos de Educação*, 45, 57-67. doi:10.15210/CADUC.V0I45.3822
- Di Fabio, A. (2015). Life Adaptability Qualitative Assessment (LAQUA): A narrative instrument for evaluating counseling intervention effectiveness. In K. Maree, & A. Di Fabio (Eds.), *Exploring new horizons in career counseling* (pp. 43-61). New York, NY: Sense.
- Duarte, M. E. (2015). Some reflections on guidance and career counselling in the 21st century. In A. Di Fabio, *Ribeiro, M. A.*

- & J.-L. Bernaud (Eds.), *The construction of the identity in 21st century* (pp. 59-72). New York, NY: Nova.
- Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). The psychology of working theory. *Journal of Counseling Psychology, 63*, 127-148. doi:10.1037/cou0000140
- Eisenberg, S., & Patterson, L. E. (1988). *O processo de aconselhamento*. São Paulo: Martins Fontes.
- Frabetti, K. C., Thomazelli, C., Feijó, M. R., Camargo, M. L., & Cardoso, H. F. (2015). Práticas narrativas e orientação profissional. *Nova Perspectiva Sistêmica, 24*(53), 41-55. Recuperado de <https://www.revistanps.com.br/nps/article/view/145>
- Freire, P. (1974). *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gergen, K. J. (1997). *Realities and relationships*. Cambridge, MA: Harvard University.
- Guichard, J. (2012). Quais os desafios para o aconselhamento em orientação no início do século 21?. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 13*(2), 139-152. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902012000200002&lng=pt&tlng=pt
- Hooley, T., & Sultana, R. G. (2016). Career guidance for social justice. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling, 36*, 2-11. doi:10.20856/jnicec.3601
- International Labour Organization (2019). *World employment and social outlook: Trends 2019*. Geneva: International Labour Office. Recuperado de https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_670542.pdf
- Kovalenko, M., & Mortelmans, D. (2014). Does career type matter? Outcomes in traditional and transitional career patterns. *Journal of Vocational Behavior, 85*, 238-249. doi:10.1016/j.jvb.2014.07.003
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social*. Salvador: Edufba.
- Madeira, C. (2010). *Híbrido: do mito ao paradigma invasor?* Lisboa: Mundos Sociais.
- McIlveen, P., & Schultheiss, D. E. (Eds.). (2012). *Social constructionism in vocational psychology and career development*. London, UK: Sense.
- McNamee, S. (2012). From social construction to relational construction: Practices from the edge.

Psychological Studies, 57, 150-156. doi:10.1007/s12646-011-0125-7

Moran, J. (2015). Educação híbrida. In L. Bacich, A. Tanzi Neto, & F. M. Trevisani (Orgs.), *Ensino híbrido* (pp. 27-45). Porto Alegre: Penso.

Nota, L., Soresi, S., Ferrari, L., & Ginevra, M. C. (2014). Vocational designing and career counseling in Europe. *European Psychologist*, 19(4), 248-259. doi:10.1027/1016-9040/a000189

Organization for Economic Co-operation and Development (2016). *Skills matter: Further results from the survey of adult skills*. Paris: OECD.

Paiva, V. S. F. (2013). Psicologia na saúde: Sociopsicológica ou psicossocial? *Temas em Psicologia*, 21, 531-549. doi:0.9788/TP2013.3-EE00-PT

Parsons, F. (2005). *Choosing a vocation*. Boston, MA: Houghton Mifflin (Original publicado em 1909).

Pereira, O. C. N., & Ribeiro, M. A. (2019). Políticas públicas de orientação profissional: Uma análise socioconstrucionista sobre a construção do projeto de vida no Programa Ensino Integral. In M. P. Cordeiro, M. F. A. Lara, H. A. Aragusuku, & R. L. A. Maia (Orgs.), *Pesquisa em psicologia e políticas públicas* (pp. 189-209). São Paulo: IPUSP.

Pires, F. M., Ribeiro, M. A., & Andrade, A. L. (2020). Teoria da Psicologia do Trabalho: uma perspectiva inclusiva para orientação de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 21(2), 203-214. doi:10.26707/1984-7270/2020v21n207

Rascován, S. E. (2017). *Orientación vocacional con sujetos vulnerabilizados: Experiencias sociocomunitarias en los bordes*. Buenos Aires: Noveduc.

Rasera, E. F., & Japur, M. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, 15, 21-29. doi:10.1590/S0103-863X2005000100005

Ribeiro, M. A. (2011). O enfoque socioconstrucionista em orientação profissional. In M. A. Ribeiro, & L. L. Melo-Silva (Orgs.), *Compêndio de orientação profissional e de carreira* (Vol. 2, pp. 53-79). São Paulo: Vetor.

Ribeiro, M. A. (2014). *Carreiras: um novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba: Juruá.

- Ribeiro, M. A. (2015). Contemporary patterns of career construction of a group of urban workers in São Paulo (Brazil). *Journal of Vocational Behavior*, 88, 19-27. doi:10.1016/j.jvb.2015.02.008
- Ribeiro, M. A. (2017). Psicossocial: Continuum ontológico do processo relacional. In N. Silva Jr., & W. Zangari (Orgs.), *A psicologia social e a questão do hífen* (pp. 263-277). São Paulo: Edgard Blücher. Recuperado de <https://openaccess.blucher.com.br/article-details/18-20474>
- Ribeiro, M. A. (2020). Integrating discursive validation in career counselling: An emancipatory strategy to foster decent working trajectories and social justice. *British Journal of Guidance & Counselling*, 49(2) 1-13. doi:10.1080/03069885.2020.1836320
- Ribeiro, M. A., Teixeira, M. A. P., & Duarte, M. E. (2019). *Life Design: Um paradigma contemporâneo em orientação profissional e de carreira*. São Paulo: Vetor.
- Santos, B. S. (2009). Para além do pensamento abissal. In B. S. Santos, & M. P. Menezes (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-71). Coimbra: Almedina.
- Savickas, M. L. (2013). Constructing careers - Actors, agents, and authors. *The Counseling Psychologist*, 41, 648-662. doi:10.1002/j.2161-1920.2011.tb01109.x
- Schmidt, M. L. S. (2006). Pesquisa participante. *Psicologia USP*, 17, 11-41. doi:10.1590/S010365642006000200002
- Silva, F. F. (2011). Políticas públicas de orientação profissional. In M. A. Ribeiro, & L. L. Melo-Silva (Orgs.), *Compêndio de orientação profissional e de carreira* (Vol. 2, pp. 193-218). São Paulo: Vetor.
- Souza, L. V., & Scorsolini-Comin, F. (2011). Aconselhamento de carreira: uma apreciação construcionista social. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12, 49-60. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902011000100007
- Stead, G. B., Perry, J. C., Munka, L. M., Bonnett, H. R., Shiban, A. P., & Care, E. (2012). Qualitative research in career development: Content analysis from 1990 to 2009. *International Journal for Educational and Vocational Guidance*, 12, 105-122. doi:10.1007/S10775-011-9196-1
- Yin, R. K. (2009). *Case study research*. Thousand Oaks, CA: Sage.

Young, R. A., & Collin, A. (2004). Constructivism and social constructionism in the career field. *Journal of Vocational Behavior*, 64, 373-388. doi:10.1016/j.jvb.2003.12.005